

RECURSO ESPECIAL Nº 1.828.670 - SP (2019/0221209-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO : RIVELINO GONCALVES (PRESO)
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADRIANO PINHEIRO MACHADO BUOSI - DEFENSOR PÚBLICO

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. PRESCRIÇÃO. PRAZO TRIENAL. ART. 109, INCISO VI, DO CÓDIGO PENAL. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça daquela Unidade Federativa no Agravo em Execução n.º 9000048-22.2018.8.26.0114.

Consta nos autos que o Juízo de primeiro grau, em 13/07/2016, reconheceu que, em 21/10/2015, o ora Recorrido cometeu falta grave no curso da execução penal, declarando, por via de consequência, a perda de 1/3 (um terço) dos dias remidos em data anterior à citada transgressão (fls. 33-35).

Irresignada, a Defesa interpôs agravo em execução, ao qual a Corte de origem deu provimento para reconhecer a prescrição, nos termos da seguinte ementa (fl. 76):

"FALTA GRAVE - Artigo 50, VI, da LEP - Desobediência - Falta praticada em 21/10/2015 - Decisão judicial lançada em 13/07/2016 - Prescrição de falta disciplinar grave - Ausência de lei que discipline a matéria - Inteligência do prazo de dois anos, em aplicação analógica a favor do sentenciado - Decurso do prazo de dois anos entre a decisão judicial e o julgamento deste recurso - Agravo provido."

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos, sem efeitos modificativos, para sanar obscuridade (fls. 87-92).

Alega a Acusação, nas razões do apelo nobre, além da existência de dissídio pretoriano, ofensa ao art. 109, inciso VI, do Código Penal.

Superior Tribunal de Justiça

Pondera que, ao contrário do consignado no aresto atacado, o prazo prescricional, no caso, é de 3 (três) anos e, portanto, cometida a falta grave em 21/10/2015 e ocorrido o reconhecimento pelo Juízo primevo em 13/07/2016, não há de se falar em prescrição.

O recurso especial foi admitido na origem (fl. 190).

O Ministério Público Federal apresentou parecer, opinando pelo provimento do recurso especial (fls. 200-202).

É o relatório.

Decido.

O acórdão recorrido, na parte que interessa, está calcado nas seguintes razões de decidir (fls. 76-80; sem grifos no original):

"Deve ser reconhecida a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva do, Estado.

Embora a inexistência de lei prevendo a prescrição das faltas disciplinares e tendo em vista a vedação constitucional da imprescritibilidade das sanções penais, ressalvadas pontuais exceções (art. 50, incisos XLII e XLIV, da CF), deve-se utilizar a analogia para se concluir aplicável ao caso a prescrição como prevista no Código Penal.

*Por conseguinte, em obediência à interpretação mais benéfica ao réu, considera-se o menor lapso previsto no art. 109 do CP, **concluindo-se que a prescrição para as faltas disciplinares opera-se em dois anos (inciso VI), não aplicável ao caso a alteração feita pela Lei 12.234/10, por ser norma de caráter material (prescrição), não incidente retroativamente em prejuízo do réu.***

Assim, verifica-se da leitura dos autos que a decisão judicial que reconheceu a falta grave foi lançada no dia 13/07/2016 e somente após mais de dois anos, foram os autos recebidos nesta Corte para julgamento do recurso.

Neste passo, conforme posicionamento reiterado e firme do Superior reiterado Tribunal Justiça, forçoso o reconhecimento da prescrição da aplicação das consequências do cometimento da falta grave.

[...]

E, tem entendido o C. STJ que o marco inicial da prescrição para apuração da falta grave, no caso de fuga, é o dia da recaptura do foragido, uma vez que se trata de infração permanente [...]

Assim, de rigor o reconhecimento da extinção da punibilidade do recorrente pela prescrição operada, dado o transcurso do lapso temporal de dois anos entre o cometimento da falta grave e a decisão judicial que termos acima delineados.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, dá-se provimento ao recurso para declarar prescrita a falta cometida em 21/10/2015, apurada pelo P.A. n. 126/2015."

Como se vê, o entendimento adotado pela Corte de origem destoa da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, fixada no sentido de que, ante a ausência de disposição legal específica, aplica-se à falta grave praticada no curso da execução penal o prazo prescricional de 3 (três) anos, nos termos do art. 109, inciso VI, do Código Penal.

A esse respeito, confirmam-se os seguintes precedentes:

"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DA FALTA GRAVE PELA PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO TRIENAL. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 109, VI, DO CÓDIGO PENAL. PRECEDENTES. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - Esta Corte Superior de Justiça possui o entendimento de que, em matéria de infração disciplinar de natureza grave no âmbito da execução penal, incide o lapso prescricional de 3 (três) anos, por aplicação analógica do art. 109, VI, do Código Penal, por ser o menor lapso prescricional previsto nesse artigo.

III - No presente caso, entre a data da prática da falta grave (7/4/2015) e a sua homologação pelo eg. Tribunal de origem, em 26/10/2017, não ocorreu o implemento do lapso trienal previsto no art. 109, VI, do Código Penal, não havendo, portanto, que se falar em prescrição.

Habeas corpus não conhecido." (HC 443.638/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 30/10/2018; sem grifos no original.)

"EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FALTA GRAVE. PRESCRIÇÃO DA FALTA GRAVE. INOCORRÊNCIA. NÃO DECORRIDO LAPSO TEMPORAL SUPERIOR A TRÊS ANOS. AGRAVO PROVIDO.

1. Nos termos do entendimento desta Corte, a prescrição das faltas disciplinares de natureza grave, em virtude da inexistência de legislação específica, regula-se, por analogia, pelo menor dos prazos

previstos no art. 109 do Código Penal, qual seja, 3 anos, nos termos do disposto na Lei n. 12.234/2010.

2. Não há falar em prescrição, porquanto não transcorrido o prazo prescricional de 3 anos entre a ocorrência da falta grave e a data da homologação pelo Juízo das execuções.

3. Agravo regimental provido para, afastada a extinção da punibilidade pela prescrição, determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que prossiga no julgamento do agravo em execução interposto pela defesa." (AgRg no REsp 1.702.078/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 25/09/2018; sem grifos no original.)

No caso, conforme assentado no acórdão estadual, a falta grave imputada ao Recorrido foi praticada em **21/10/2015**, sobrevindo a decisão judicial homologatória em **13/07/2016** (fls. 33-35). Portanto, não houve a consumação do prazo prescricional trienal.

Com efeito, incide, no caso, o disposto na Súmula n.º 568/STJ: "*O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*"

Ante o exposto, CONHEÇO e DOU PROVIMENTO ao recurso especial para cassar o acórdão recorrido, afastar a prescrição da falta grave e determinar que o Tribunal de origem prossiga na análise dos demais pedidos defensivos formulados no agravo em execução penal.

Comunique-se ao Tribunal de origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora